

## UM NOVO TEMP(L)O EM AMARGOSA: CONSTITUINDO “LUGARES DE MEMÓRIA”

JAQUELINE ARGOLO REBOUÇAS\*

A história do município de Amargosa, situado no Recôncavo Sul da Bahia, abarca um período de riqueza e de destaque regional, proporcionados pelo comércio agroexportador do café, que acabou por contribuir para a construção de uma paisagem urbana, marcada pelos ideais de modernização, e para o desenvolvimento de sociabilidades e sensibilidades acerca do espaço urbano. Essa prática local resultou no processo de transformações na área urbana da cidade de Amargosa, entre as décadas de 1920 a 1940, sobretudo, com a mudança e construção de equipamentos urbanos que representariam o município, e neste caso: a Igreja Matriz, elevada a Catedral. Neste sentido, objetiva-se, através das fontes, percorrer os caminhos da sonhada modernidade, como apologia a ordem e ao progresso, e que permitiram a construção dos “lugares de memória” que ainda representam a cidade.

As projeções, planos e preceitos urbanísticos expressavam a necessidade de transformações urbanas mais visíveis. Buscava-se, de uma forma geral, constituir uma cidade onde a ordem e o progresso não estivessem distantes. As mudanças seriam enunciadoras de um novo momento, enfatizando novas práticas e a criação de novos espaços, através do movimento entre demolição e construção.

Neste reordenamento do espaço estariam assim os planos de efetivação de novas formas de estar ou de viver na urbe. Os projetos aparecem nos documentos encontrados, sobretudo, nas Atas Municipais, desde o final do século XIX, sendo justificados pelos administradores públicos sugerindo a necessidade de “modernização” da nova cidade, através da instalação de espaços coletivos e de equipamentos e serviços públicos, bem como do “alinhamento e embelezamento” da urbe<sup>1</sup>. Segundo uma notícia do *Jornal A Tarde*, de 13 de julho de 1933, em Amargosa “[...] registraram-se alguns impulsos do progresso”, o que contribuiu “[...] para a modificação do seu aspecto primitivo”<sup>2</sup>.

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – PPGHIS da Universidade do Estado da Bahia – CAMPUS V e Bolsista CAPES.

<sup>1</sup> ATA de Sessão Ordinária. **LIVRO de Atas da Sessão da Câmara Municipal da “Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho d’ Amargosa”**. Amargosa, Bahia, Brasil. 10 dez. 1894. Livro digitalizado.

<sup>2</sup> AMARGOSA. **Jornal A Tarde**. Salvador, 13 jul. 1933. Coluna do Interior, p. 2.

O início das transformações na cidade data de antes do período aqui definido, no entanto, foi na década de 1930, principalmente, que aconteceram as principais transformações urbanísticas, mais especificamente no centro da urbe, para atendimento dos anseios do Poder Público e, provavelmente, por parte da população local diretamente beneficiada pelo comércio do café a fim de representar-se como uma cidade moderna em contraposição ao considerado arcaico período colonial, embora apoiada em uma economia essencialmente agrária.

Os projetos foram além dos serviços públicos essenciais: canalização de água, instalação de energia elétrica, serviço telefônico, entre outros. Dotar o município de melhoramentos urbanísticos, adotados pelas vertentes progressistas do país, também aparecia como uma das aspirações do poder público local. E tais ideais não alcançaram apenas as cidades capitais. Amargosa, como em outros “centros” regionais que foram diretamente beneficiados pela riqueza proveniente da cultura cafeeira e pela chegada da ferrovia, também apresentou essas transformações, contudo caracterizadas por suas peculiaridades. As fontes localizadas mencionam um plano de remodelação urbana, em 1940, quando o Prefeito se dirigiu ao Departamento Central das Municipalidades, solicitando designação de Engenheiro para proceder ao levantamento da planta cadastral da cidade, pois, segundo o documento, cabia a Prefeitura: “realizar um Plano de remodelação desta cidade, criando aspectos novos e que lhe imprimam feição de real florescimento”<sup>3</sup>. No entanto, o florescimento destacado no documento foi iniciado tempos antes, logrando de transformações graduais na sua paisagem urbana.

A cidade beneficiada pelo comércio agroexportador foi transformada, sobretudo, a partir de importantes obras como o Jardim Lourival Monte (1934), a Igreja Matriz (1936) e o Cristo Redentor (1939), bem como no alinhamento, pavimentação, arborização das principais ruas da urbe. E, apesar do problema no comércio do café, resultado, sobretudo e inicialmente, de uma crise econômica mundial<sup>4</sup>, o município entrou em um processo de estagnação

<sup>3</sup> Ofício nº 214 da Prefeitura Municipal de Amargosa ao Departamento Central das Municipalidades do Estado da Bahia. **LIVRO de Offícios e Telegrammas da Prefeitura Municipal de Amargosa**. Amargosa, Bahia, Brasil. 03 abr. 1940.

<sup>4</sup> Com a Crise de 1929 houve uma queda drástica na economia cafeeira, sobretudo, no Brasil. Reportagem: A BOLA da vez? O Crash da Bolsa. **Revista Veja**. Edição Especial: Brasil. Outubro de 1929. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/crash-bolsa-nova-york/brasil-crise-do-cale-exportacoes-falencias.shtml>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

econômica, embora ainda exercesse uma grande influência regional na década seguinte, quando contou com a criação da Diocese de Amargosa (em 1942) e do Ginásio Santa Bernadete (em 1946) e que forneceram a cidade novos elementos de destaque regional, inclusive, por seu papel educacional.

O centro da antiga Freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho das Amargosas, como era denominada, foi demarcado por uma capela, sendo a base urbana do local até alcançar seu status de cidade (em 19 de junho de 1891). Provavelmente, nesse período, o Poder Público, em formação e carente de interesses e de recursos, não logrou em investir efetivamente na zona urbana, ainda desprovida de jardins e outros melhoramentos. Em 1991, um grupo de interessados pela história local editou a Revista *Amargosa Centenária*, afirmando a interferência e o poder da Igreja no período: “Amargosa, como a maioria das nossas cidades, emergiu da religiosidade dos primeiros agricultores que aqui chegaram”<sup>5</sup>. O que pode demonstrar o papel da Igreja Católica nas pequenas localidades em processo de formação, que sempre “chegava antes da emancipação política da cidade e outros serviços básicos” (SANTOS, 2011: 24).

Com o tempo, iniciou-se o processo de formação da urbe em torno da Capela, que passou a contar com a presença de alguns casarões e de calçamento. Possivelmente, a parcela da população mais beneficiada com o comércio agrícola, interessada em se manter mais próxima das decisões tivesse saído de suas residências rurais para se instalar neste espaço.

A dinâmica local permitiu a modificação da paisagem deste espaço urbano. No auge das discussões em torno da transformação da urbe, cogitou-se a construção de um novo templo católico, pela Igreja, e a transformação da antiga Praça Manoel Vitorino em um dos mais belos jardins do interior baiano, pois suas antigas formas já destoavam dos novos ideais progressistas adotados pelos segmentos sociais locais mais abastados. É possível também inserir neste contexto, talvez, a intencionalidade de representantes da Igreja Católica da localidade em aderir a perspectiva de embelezamento da urbe, já na transferência do novo templo para outro ponto da cidade – o lugar onde, mais tarde, o progresso seria mais evidente: a praça que abrigaria o novo jardim público municipal.

---

<sup>5</sup> REVISTA AMARGOSA CENTENÁRIA. 1891 – 1991. Itabuna – BA, 1991.

Figura 1 – Capela, sede da Freguesia Nossa Senhora do Bom Conselho.



Autoria: Sem informação do autor, [193-?]. Fotografia digital.<sup>6</sup>

Na Figura 1 pode ser observada a situação em que se encontrava a Matriz de Amargosa, que “além de ser uma construção antiga começando a ruir, já não apresentava condições de acolher convenientemente os fiéis”, fazendo-se, “portanto, necessária a construção de outra igreja” (GALVÃO, 2012: 22). Conforme documentos localizados, sobretudo o Livro de Tombo da Igreja Católica local e Atas do Conselho Consultivo de Amargosa, o projeto inicial para construção do novo templo data do final do século XIX. A situação em que se encontrava a antiga capela, registrada na foto, já demonstra a falta de importância dispensada ao antigo espaço, uma vez que o novo já se encontrava em vias de construção e projetado conforme as necessidades locais. Falta de importância esta, talvez, não aceita pelo fotógrafo que registrou o antigo templo, perenizando o cenário que ficou na lembrança como um dos primeiros espaços praticados coletivamente da cidade.

A citação anterior, a saber: “condições de acolher convenientemente os fiéis”, indicava a necessidade de ampliação do espaço, talvez, devido ao aumento do número de fiéis condicionado pelo aumento populacional do município. No entanto, fazendo um deslocamento temporal, as informações localizadas nas fontes indicam mais que isso: a necessidade de adaptação das instalações físicas da Igreja aos preceitos urbanísticos e estéticos da cidade, conforme será analisado a seguir.

Anterior ao período deste estudo, em 1894, o Cônego José Soares Portella, Vigário da Freguesia de Amargosa, solicitou ao Conselho Municipal da Cidade que mandasse marcar

<sup>6</sup> ACERVO Digital da Prefeitura Municipal de Amargosa.

o local e dar alinhamento para a nova Igreja a ser construída, e que o dito Conselho julgasse o lugar “mais conveniente ao aformozamento da cidade e ás conveniências do culto”, sendo aprovado e solicitado, pelo mesmo, que o requerimento fosse arquivado “para em todo tempo constar”<sup>7</sup>. Em troca, o Cônego colocou a disposição do Conselho um terreno situado a Praça Riachuelo, pertencente ao patrimônio da Padroeira da Freguesia, sob o argumento de que a construção naquele local (em virtude da dimensão e extensão do Projeto) “poderia prejudicar-lhe o embelezamento”. O então representante da Igreja Católica local já demonstrava que a referida instituição religiosa poderia contribuir para as transformações na cidade, quando indicou o novo templo a ser construído como possibilidade de “aformozamento da cidade”, já que este foi projetado conforme os preceitos e “traçados modernos”. E para tanto, com esse argumento, possivelmente, especulava tentando conseguir que a nova Igreja ficasse situada em um dos espaços novos e centrais da urbe. Ainda neste ínterim, o Conselho fez questão de constar e arquivar a solicitação do Cônego para “todo tempo constar”, sem maiores justificativas, mas que, talvez, fosse para que no futuro pudesse comprovar a “troca” dos terrenos da Igreja com o Município.

Escolhido e definido o novo lugar, mais tarde, seriam iniciadas as obras de construção. Segundo José Raimundo Galvão em seu livro sobre a Diocese de Amargosa, a pedra fundamental da nova Igreja a ser construída foi lançada em 15 de agosto de 1917, pelo então Vigário Cônego Francolino d’Alves Oliveira, em um espaço maior na antiga Praça Manoel Vitorino (atual Praça Lourival Monte), sendo o projeto de autoria do construtor civil João Miguel Loureiro contando com aprovação do arcebispo da Bahia, D. Jerônimo Thomé da Silva (GALVÃO, 2012: 22) e foi inspirada numa Igreja da Holanda<sup>8</sup>. No entanto, conforme artigo publicado no Jornal *O Conservador*, de dois de Agosto de 1936, a primeira pedra da nova Matriz foi colocada em 1920, seguindo o Projeto de João Miguel Lourenço<sup>9</sup>, sendo composta até a sua conclusão diversas Comissões encarregadas pela execução da obra. A inexistência com relação a datação do início do empreendimento não é apresentada aqui

<sup>7</sup> ATA de Sessão Ordinária. **LIVRO de Atas da Sessão da Câmara Municipal da “Vila de Nossa Senhora do Bom Conselho d’ Amargosa”**. Amargosa, Bahia, Brasil. 16 jan. 1894. Livro digitalizado.

<sup>8</sup> SAMPAIO, Gilberto Vaz. **Histórico Amargosa**: Livro de Tombo e outras curiosidades. Memórias. Sem paginação. Trabalho não publicado.

<sup>9</sup> AMARGOSA e a sua nova Matriz. **Jornal O Conservador**. Semanario, Noticioso, Litterario e Popular. Nazareth, 2 ago. 1936.

somente a critério de informação, mas como indicação ao longo período em que as obras foram executadas até a sua finalização.

Devido, sobretudo, à falta de recursos, as obras seguiram lentamente nos próximos anos. Os membros da Igreja Católica local pareciam ter interesse em seguir o progresso que almejava o poder público da cidade, chamando esse argumento para conseguir fundos para a finalização da construção que se delongava com os anos. Assim, mais outra negociação entre poder público e Igreja foi iniciada para decisão acerca da demolição da primeira capela do local que nos idos da década de 1930 já se encontrava em péssimo estado de conservação, destoando da estética da urbe, mais que garantiria a Igreja uma quantia a efeito de desapropriação a ser, então, utilizado para término da construção da nova matriz.

Em 1º de janeiro de 1931 foi realizada uma reunião entre a Interventoria Municipal e a Comissão Organizadora de Obras da nova Igreja Matriz, a fim de formalizar um Convênio cujo objeto principal estava a resolução da situação precária em que se encontrava a antiga capela, que constituía um “atentado à vida pública, ameaçando desabar a qualquer momento, sendo a demais um ludíbrio aos sentimentos cathólicos do povo amargoense e a esthetica da cidade”. E, assim, após discussão, achou por bem o Interventor ordenar a desapropriação da antiga Igreja que quase em ruínas, dava “um aspecto triste a praça principal da cidade”. Para tanto, entrariam em negociação a indenização pelo ato. No entanto, o chefe municipal alegou o decréscimo das rendas municipais e a Comissão sugeriu, então, a cobrança de uma taxa adicional aos impostos de exportação, cujo proveito seria revertido em prol da desapropriação, ficando ajustado e decretado assim: seriam cobrados mais 500 reis por volume de café ou fumo e 100 reis por couro de boi a ser exportado<sup>10</sup>.

Tal ação, segundo a administração municipal e a comissão de construção da Igreja, resolveria a questão estética da principal praça da cidade na época, com a demolição do antigo templo, bem como tal contribuição permitiria as “obras indispensáveis a celebração dos actos” da nova Matriz. Mas que depois de concluídas tais obras, os recursos subvencionados e a título de indenização seriam direcionados para fins de utilidade pública e filantrópica, de

---

<sup>10</sup> ACTA de Convênio celebrado entre a Interventoria Municipal de Amargosa e a Comissão encarregada das obras da nova Igreja matriz. **LIVRO de Termos e Atas da Prefeitura Municipal de Amargosa**. Amargosa, Bahia, Brasil. 01 jan. 1931.

preferência, no Hospital Santa Casa de Misericórdia, também carente de recursos financeiros para execução das suas atividades.

Apesar do acordo de 1931, em 13 de julho de 1933, o Jornal *A Tarde* registrou a situação da velha igreja ainda em ruínas no centro do comércio da cidade, pois se achava “quase completamente demolida”, reafirmando a antiga negociação entre o Poder Público e a Mitra para este fim e que ainda não havia sido resolvida. No entanto, não deixou de fazer menção a construção da nova igreja que “em compensação” a situação do primeiro templo, já estava em vias de conclusão e que o novo espaço já podia ser comparado “como dos melhores que possui o Estado”, se encontrando na fase de implementação das decorações internas pelo grande artista Antônio Pedro Ferreira. Assim, a matéria do jornal apresentava mais uma vez a indicação do pensamento da época, considerando que a antiga capela “não correspondia a importância da cidade”<sup>11</sup>.

Embora a subvenção tivesse sido acordada, em 1931, entre a Interventoria e a Comissão de Obras da Igreja, uma ata de sessão do Conselho Consultivo de Amargosa, datada de 04 de março de 1933, registrou a leitura de um Ofício do Padre Antonio José de Almeida solicitando pagamento a efeito de desapropriação, a “bem da estética da Cidade”, da antiga Matriz e lembrando ao Conselho Municipal que desde 03 de setembro de 1928 já havia sido votada e aprovada a Lei nº 237 e que autorizava o Prefeito a abertura de crédito especial para a referida indenização. Justificava-se no pleito à ação municipal, “a bem da esthetica” da urbe, que “situada na praça mais movimentada”, oferecia “maximé aos olhos do visitante, pela sua construção archaica, um aspecto triste, nada recommendavel aos creditos da cidade”. Nesta solicitação paira a dúvida, entre a contribuição do Poder Público Municipal seja na subvenção (a partir do acréscimo do imposto de exportação) a título de indenização ou neste pagamento na forma de crédito especial, cobrado pelo padre. Na ata em questão, o conselho consultivo deliberou ainda a favor do pleito do Padre, autorizando o Prefeito a abrir crédito de seis contos de reis para esse fim, que seriam parcelados mensalmente, mas que, no entanto, a Prefeitura ficaria com direito de dispor do material advindo da demolição do templo<sup>12</sup>. Ademais, não foi localizado nas fontes se esta deliberação foi cumprida pela gestão municipal

<sup>11</sup> AMARGOSA. *Jornal A Tarde*. Salvador, 13 jul. 1933. Coluna do Interior, p. 2.

<sup>12</sup> AMARGOSA, Conselho Consultivo de. *Ata de Sessão Pública*. Amargosa, Bahia, Brasil. 04 mar. 1933.

e como se deu o pagamento entre as duas formas de indenização pela desapropriação ou mesmo se ocorreu o referido pagamento duplamente, mas os documentos municipais (as atas) indicam a colaboração do poder público municipal para a construção do novo templo católico.

A velha matriz a luz dos discursos progressistas da época, destoava da nova situação atribuída a cidade, o que pode ser inferido nos trechos “não correspondia a importancia da cidade” ou “nada recommendavel aos creditos da cidade”, assim, eram tecidos os argumentos que pretendiam extirpar dessa nova materialidade urbana, uma estrutura considerada “archaica”, sendo necessário dar visibilidade ao “novo”.

Embora conste nas atas municipais, assim, a contribuição do Poder Público para finalização da Igreja, o Jornal *O Conservador* atribui o mérito, sobretudo, ao Coronel Benedicto Almeida, pai do então sacerdote do município, Padre Antonio José de Almeida, que “com bondade de coração e fé preciosa” colaborou para “a terminação da grande obra de religião”<sup>13</sup>. O referido Coronel mais tarde, na década de 1940, contribuiu também para a instalação da Diocese na cidade e para a doação de terreno onde passou a funcionar o Colégio Santa Bernadete. Mais uma vez, a sua “bondade” é destacada, entretanto, resta a dúvida dos motivos que o levaram a contribuir com a Igreja Católica. Tais episódios podem demonstrar a correlação de forças existentes entre a Igreja e o Estado e a interferência dos Coronéis em todos os assuntos locais, inclusive, no religioso.

Em 09 de agosto de 1936, enfim, ocorreu a inauguração festiva da nova Matriz com a presença do Arcebispo de Salvador, Dom Augusto Álvaro da Silva<sup>14</sup>, quando a “a bella e hospitaleira cidade sertaneja” abriu “com festas extraordinárias as portas do seu magestoso templo”, homenageando o Coronel por sua incumbência para finalização da obra<sup>15</sup>. Nesta notícia já indicava que o novo templo abrigaria a futura Catedral de Nossa Senhora do Bom Conselho, após instalação da Diocese na cidade. Ou seja, em 1936 o povo já se organizava para angariar os donativos e o patrimônio e instalar a sede de um novo Bispado, bem como indicava que já se esperava do então vigário de Amargosa, Padre Antonio José de Almeida,

<sup>13</sup>AMARGOSA e a sua nova Matriz. **Jornal O Conservador**. Semanario, Noticioso, Litterario e Popular. Nazareth, 2 ago. 1936.

<sup>14</sup>SAMPAIO, Gilberto Vaz. **Histórico Amargosa**: Livro de Tombo e outras curiosidades. Memórias. Sem paginação. Trabalho não publicado.

<sup>15</sup>AMARGOSA e a sua nova Matriz. **Jornal O Conservador**. Semanario, Noticioso, Litterario e Popular. Nazareth, 2 ago. 1936.

que conseguisse de seu pai, Coronel Almeida, mais um auxílio, e agora, para edificação do palácio do Bispado (instalado em 1942), cujo terreno já havia sido oferecido junto à futura Catedral, o que pode comprovar que já existiam especulações e movimentação para a criação de uma Diocese no município.

Em notícia, O Jornal *A Tarde* de 13 de julho de 1933, informou que no sítio primitivamente ocupado pela primeira igreja seria “colocado um obelisco comemorativo”. No entanto, demarcando o local da primitiva Igrejinha que foi demolida, foi erigido pela Prefeitura, sob iniciativa do Prefeito Dr. Raul Paranhos, um monumento ao Cristo Redentor, constituído de uma estátua de concreto armado (uma réplica do Cristo, erguido no Rio de Janeiro), na antiga Praça Cônego Francolino. A obra foi executada pelo escultor Antônio Pedro Ferreira, responsável pelas decorações internas da Igreja Matriz da cidade, e foi inaugurada em missa campal em 1º de março de 1939.

Figura 2 – Igreja



Figura 3 – Cristo Redentor



Autoria: Sem informação do autor, [193-?]. Fotografia digital.<sup>16</sup>

O Cristo, assim, assumiu o lugar da antiga Capela, figura 3, como um indício do “novo” em contraposição ao “velho”, como símbolo da modernidade: uma espécie de

<sup>16</sup> ACERVO Digital da Prefeitura Municipal de Amargosa.

“miniatura” do monumento do Cristo no Corcovado, que, por sua vez, também seguiu em sua arquitetura um modelo europeu.

*A Cidade de Amargosa possui um dos mais tocantes e enternecedores monumentos: Christo Rei, imperando em uma das suas mais belas praças n'uma comovente atitude, os braços amplamente estendidos para a bênção dos seus filhos e dos seus destinos, em magnífico exemplo de cristandade*<sup>17</sup>.

A descrição do monumento do “Christo Rei” acima vai além da perspectiva de embelezamento da urbe, permite a visualização da importância da religião católica para a população local. Ou melhor, o monumento foi pensado e erigido pelo poder público, talvez, enquanto um símbolo da principal religião da cidade, numa espécie de substituição da antiga capela que demarcou o seu principal centro. Assim, o monumento apesar do seu aspecto artístico moderno, também permitia essa visualidade em seu aspecto religioso. Em contraposição, a citação acima apresenta um discurso, produzido no período do Estado Novo, sobre um “Christo Rei” que abençoa “filhos”, “súditos” de uma cristandade, mesmo no contexto republicano de separação entre Igreja e Estado (da orientação laicista admitida pela Constituição de 1934).

Com a efetivação da República, uma série de transformações ocorreu na Igreja Católica diminuindo seu poder (ALMEIDA, 1996: 258). Nesse sentido, pode-se destacar que, em primeiro lugar, a edificação da Catedral, talvez, pode evidenciar também a ideia de necessidade de construção de um edifício religioso que conseguisse representar os novos modelos e, ao mesmo tempo, que refletisse a participação da Igreja nas novas questões, mas sem perda de seus valores específicos.

A mudança do local para edificação desse templo, possivelmente, em segundo lugar, também poderia destacar a perspectiva de centralização, uma vez que o novo local onde seria erigido o novo espaço religioso seria o “lugar” dos principais prédios públicos da cidade, ou parte do “centro do poder”. Dessa forma, a arquitetura pode ser entendida enquanto “forma eficiente de representação e ideias” (ALMEIDA, 1996: 239) concretizadas em pedra, cimento,

---

<sup>17</sup> HISTÓRICO do Município de Amargosa. Amargosa, Bahia, Brasil. 10 nov. 1939. Não consta nome do autor.

ferro e vidro e que forja através de sua estrutura, símbolos que sustentam propósitos e projetos políticos que procuravam construir espaços públicos nas áreas mais centralizadas da urbe.

Conforme pode ser observado na Figura 2, a arquitetura da Igreja Matriz obedeceu a um estilo arquitetônico neogótico<sup>18</sup>, com traçados e proporções clássicas, onde se observa a quase ausência de plantas e formas curvas, optando-se pelas linhas retas e pelo verticalismo. O padrão estético e arquitetônico neogótico fora largamente utilizado no país desde fins do século XIX. Tais padrões

*vinham sendo adotados no continente europeu há muito tempo, pois a 'Europa Moderna' – vivendo de um período de 'infertilidade artística' – oxigenou sua produção artística buscando inspiração no passado. Os estilos greco-romano e medieval, reavivados e enaltecidos, ganharam um novo sentido, com o neoclássico e neogótico, que iriam se caracterizar, na arquitetura, pela mistura de estilos que resultou no ecletismo (ALMEIDA, 1996).*

A nova Igreja, mais tarde Catedral com a efetivação da Diocese na cidade, passou a ser um dos símbolos da época áurea do município, pois apresentava os traços estéticos adotados no período e representava, segundo os documentos encontrados, em sua materialidade a adoção ao “novo” e ao “moderno”: “A Igreja é incontestavelmente, um monumento de arte, cujo conjunto de linhas e harmonia de traços emprestam-lhe a nobreza heráldica que marcará para a posteridade uma luminosa era”<sup>19</sup>. Dessa forma, a Igreja seria registrada nas lentes do progresso e na memória enquanto lembrança de um período de apogeu, como um monumento histórico (LE GOFF, 1992) e “lugar de memória” (NORA, 1993), de perpetuação e materialização de lembranças e intenções históricas de uma antiga aristocracia, que remetem aos tempos idos.

Com o tempo, novos rearranjos foram realizados no espaço e Amargosa se estabeleceu enquanto sede de novas “regiões”, embora com objetivos e focos distintos. Neste sentido, a criação da Diocese, com sede em Amargosa, pela Bula “Apostolicum Munus” do Papa Pio XII, em 10 de maio de 1941, abrangendo uma área que se estendia do litoral até a

<sup>18</sup>No século XIX, algumas construções brasileiras seguiram o estilo “neogótico”, congregando algumas características do gótico medieval em contraste com os estilos clássicos dominantes na época.

<sup>19</sup>AMARGOSA, Cidade líder do Sudoeste Bahiano. **Jornal O Estado da Bahia**. Salvador, 01 set. 1942.

divisa com o Estado de Minas Gerais<sup>20</sup>, trouxe novas redefinições e possibilidades para a cidade: para além da sua missão religiosa, ampliava, possivelmente, o contato com outras localidades que agora compunham a região de abrangência da Diocese e o seu papel no incentivo e promoção da educação para o local e demais municípios.

Embora, na ocasião, Amargosa tivesse número menor de habitantes que outras cidades do interior da Bahia, tais como Jequié, Vitória da Conquista, Santo Antônio de Jesus, entre outras, foi a que dispôs a sediar a nova Diocese, liderando, sob o comando do Vigário Pe. Antonio José de Almeida, forte mobilização (sobretudo, através de abaixo-assinados) e contando com apoio de famílias locais tradicionais, como o Coronel Benedito José de Almeida que viabilizou as instalações do espaço físico necessário ao novo bispado (GALVÃO, 2012: 27-28). Na maior parte dos documentos localizados, quando se trata de execução de obras da Igreja Católica, o nome do referido Coronel é sempre destacado como principal colaborador da instituição católica, conforme já observado.

A instalação canônica da Diocese aconteceu em 15 de agosto de 1942 com a posse do primeiro Bispo Dom Florêncio Sisínio Vieira, que chegou a Cidade no dia anterior ao evento, sendo recebido na Estação da Estrada de Ferro de Nazaré – EFN (o Bispo atuou em Amargosa até 31 de janeiro de 1969, quando foi publicada a aceitação do seu pedido de renúncia ao Papa). A Figura 4 indica a recepção ao primeiro Bispo na escadaria da estação, contando com a presença de pessoas ilustres e autoridades locais, em destaque o então Prefeito Dr. Raul Paranhos Dias dos Santos que, na oportunidade, proferiu um discurso de boas vindas, diante da presença do Padre Almeida e da multidão.

Figura 4 – Chegada do novo Bispo D. Florêncio S. Vieira a Amargosa

---

<sup>20</sup> Segundo o 1º Relatório da Diocese, datado de 1950, possuía 70.000km<sup>2</sup> e uma população estimada em 70.000 habitantes. GALVÃO. 2012: 27-28.



Autoria: Sem informação do Fotógrafo, 1942. Fotografia digital<sup>21</sup>.

O Jornal *O Paládio*, de Santo Antonio de Jesus, em 20 de julho de 1942, noticiou o cronograma das festas a serem realizadas para o novo Bispado, no mês de agosto do mesmo ano: sendo o dia 15, para a recepção ao Bispo; o dia 16 para celebração de solene Pontifical, Procissão e, à noite, Banquete oferecido pela “sociedade amargoense” ao som das filarmônicas locais; no dia 17, quando ocorreriam apresentações e manifestações locais; e, por fim, o dia 18, quando seria”, durante a manhã, “oferecido pela Prefeitura Municipal (...) um churrasco aos ilustres visitantes da cidade” e, à noite, uma festa pública no Jardim Lourival Monte, onde, também, seria organizada uma “festa chic”<sup>22</sup>. Neste anúncio observa-se a divisão das comemorações, em uma nítida distinção social, onde existiam eventos oferecidos a “sociedade amargoense” e aos “ilustres visitantes” e as festas populares e públicas abertas a todos os moradores no principal equipamento público da época: o Jardim Lourival Monte.

Durante o período em que assumiu o Bispado, D. Florêncio inaugurou o Seminário Menor, em 11 de fevereiro de 1944, quando começou a receber seus primeiros seminaristas, com papel relevante na escolarização masculina. Além disso, neste período, foram fundadas a Escola Paroquial e o Ginásio Santa Bernadete (1946), que contou com o apoio da Congregação Religiosa das Irmãs do Santíssimo Sacramento (Irmãs Sacramentinas). Esta

<sup>21</sup> A Foto e as informações podem ser encontradas em: GALVÃO, 2012, p. 36.

<sup>22</sup> Todos os trechos citados fazem parte da nota publicada: AMARGOSA e o seu Bispado. **Jornal O Paládio**. Santo Antônio de Jesus, 20 jul. 1942.

Instituição promovia aulas para o curso primário, inicialmente, e, depois, os cursos de admissão, ginásio e pedagógico, abrigando alunas de várias cidades do interior. Dessa forma, começava a se delinear a nível local uma nova dinâmica, desenvolvida com a atuação da Igreja Católica que acabava também por contribuir para a criação de novas práticas e atrair pessoas para o município, também, por seu papel educacional.

Conforme a Bula Papal, a Diocese, inicialmente, seria composta por 24 municípios: Amargosa, Affonso Pena (Conceição do Almeida), Aratuípe, Areia (Ubaíra), Brejões, Castro Alves, Itaquara, Itirussu, Jaguaquara, Jaguaripe, Jequiçá, Laje, Maracás, Mutuípe, Santo Antônio de Jesus, Santa Inês, São Miguel das Matas, Santa Terezinha, Boa Nova, Conquista, Encruzilhada, Itambé, Jequié e Poções, atestando, em 1950, uma área de 70.000 km<sup>2</sup> e uma estimativa de população de 700.000 habitantes (GALVÃO, 2012: 29). Mas com o tempo seu território foi desmembrado, criando as Dioceses de Vitória da Conquista (27 de julho de 1957) e a de Jequié (07 de novembro de 1978)<sup>23</sup>.

A ideia da criação do bispado, talvez, tenha se dado a partir da crescente importância da cidade e dos efeitos do seu desenvolvimento econômico, permitindo que alguns segmentos das famílias locais pretendessem, possivelmente, garantir para a cidade aspectos que fornecessem uma nova centralidade (após o declínio do comércio agroexportador), que permitiu trocas e acesso a novas realidades. E que, conseqüentemente, subsidiaram a constituição de elementos representativos no espaço físico citadino (material) e que evocam as mais variadas lembranças dos sujeitos históricos.

Tais reflexões tentam contextualizar a constituição de uma Cidade que buscou o progresso comum aos grandes centros do país, conforme suas possibilidades. No entanto, uma cidade de caráter híbrido, tendendo entre o passado e o futuro; entre o velho e o novo: como um belo cenário com ares de povoado. A análise da dinâmica local vem possibilitando, assim, observar o delineamento e ocupação de um espaço, entendido como o município de Amargosa, da ferrovia e do café, e que em suas práticas cotidianas constituíram “lugares de memória” enraizados na paisagem urbana (NORA, 1993, p. 9).

<sup>23</sup> A área atual da Diocese abrange 27 municípios, a saber: Amargosa, Aratuípe, Cairu, Castro Alves, Conceição do Almeida, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Iaçú, Itatim Jequiçá, Laje, Milagres, Muniz Ferreira, Mutuípe, Nazaré, Nilo Peçanha, Presidente Tancredo Neves, Rafael Jambeiro, Santa Terezinha, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Miguel das Matas, Taperoá, Ubaíra, Valença e Varzedo.

No período analisado observou-se uma tentativa de “modernização” fragmentada na localidade, sobretudo, devido às fragilidades impostas pelo sistema econômico, político e sociocultural local. As ações existiram no sentido de estabelecer uma “cidade moderna”, mas dentro limites de uma pequena cidade do interior do estado da Bahia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcelina das Graças de. A Catedral da Boa Viagem de Belo Horizonte: fé, modernidade e tradição. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.) **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.
- BARROS, José D’Assunção. **Cidade e história**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1985
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.
- CHOAY, Françoise. “O Reino do Urbano e a morte da Cidade”. Trad. Eveline Bouteiller Kavakama. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.
- FOLLIS, Fransérgio. **Modernização Urbana na Belle Époque Paulista**. São Paulo: UNESP, 2004.
- GALVÃO, José Raimundo. **Diocese de Amargosa 70 anos: Memórias**. Aracaju: Editora Criação, 2012.
- HALBWACKS, Maurice. A invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, E. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: Itinerários da Cidade Moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.) **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ Arte, 1996.

KHOURY, Yara Aun. Arquitetura e Arte nas mutações da cidade. In: PROJETO HISTÓRIA 18. **Espaço e Cultura**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Departamento de História PUC-SP. Nº 18. São Paulo: EDUC, 1999.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1992.

LEPETIT, Bernard. **Por uma história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LINS, Robson Oliveira. **A região de Amargosa**: transformações e dinâmica atual (recuperando uma contribuição de Milton Santos). Salvador, 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 27, n.53. Junho de 2007.

SANTOS, Milton. **A Região de Amargosa**. Salvador: Comissão de Planejamento Econômico. 1963.

SONTAG, Susan. Ensaio sobre a fotografia. In: \_\_\_\_\_. **Na caverna de Platão**. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.